

Tese é liquidada pela emenda do Planalto

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

Foi no quarto andar do Palácio do Planalto, onde funciona o Gabinete Civil da Presidência da República, que se elaborou a emenda ao Regimento da Constituinte que mata de uma vez a tese da soberania do Congresso constituinte.

A emenda palaciana foi encampada pelo PFL e prevê que apenas "fatos novos, notórios e concretos" que ameçam o funcionamento da Constituinte poderão dar origem aos "projetos de decisão". Originalmente, uma parte do PMDB queria que os "projetos de decisão" funcionassem

como aríete para alterar a atual Constituição de uma maneira teoricamente ilimitada.

A ingerência do Planalto nos assuntos internos da Constituinte deve-se ao temor de que a Constituinte, armada dos "projetos de decisão", passe a co-governar o país, tese inadmissível para o governo.

A emenda do Planalto, assinada pelo PFL, será submetida ao PMDB. Se o partido majoritário não a aceitar, "vamos bater chapa", diz o líder pefelista José Lourenço, usando o jargão político para designar a votação de uma matéria quando não se consegue acordo.

A votação desnudará a verdadeira

face do PMDB, na medida em que, independentemente do juízo de valor que se faça da tese da soberania, o fato é que a batalha em torno dela se transformou numa disputa entre "conservadores" e "progressistas". A derrota da soberania, defendida pelos "progressistas", deixará clara a predominância dos "conservadores" no partido, como, de resto, já aconteceu em votações recentes.

"Temo que o PMDB mostre, na votação, uma face muito feia", diz o deputado Roberto Freire, líder do PCB na Câmara e velho conhecido do PMDB, ao qual pertenceu até a legalização do PCB.